

Grupo Omni

**Demonstrações Financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial do semestre findo em 30
de junho de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial	8
Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

Sobre a Omni

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 30 de junho de 2019 a Omni - “Conglomerado Prudencial” possui ativos totais de R\$ 3,34 bilhões, sendo R\$ 2,10 bilhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos, financiamentos e receitas de intermediação financeira de R\$ 770,3 bilhões.

O patrimônio líquido fechou em R\$ 318,1 milhões (R\$ 308,1 milhões em 2018), considerando o pagamento de R\$ 6 milhões (R\$ 6 milhões em 2018) de dividendos distribuídos no semestre.

O lucro do semestre é R\$ 37,3 milhões (R\$ 31,4 milhões em 2018).

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores da

Omni S.A – Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição Líder do
Conglomerado Prudencial)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do semestre findo em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento do semestre findo em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação a Instituição e suas entidades consolidadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas

de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de agosto de 2019.

Outas informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com as Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR-039655/O-9

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2019		2018		Passivo	Nota Explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante		2.085.772	1.711.103			Circulante		1.334.052	978.614		
Disponibilidades	4	2.824	4.354			Depósitos	14.a	723.600	179.841		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5.a	329.496	142.000			Depósitos à vista		11.608	3.546		
Aplicações no mercado aberto		329.496	142.000			Depósitos a prazo		711.992	176.295		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-			Captações no mercado aberto	14.a	904	-		
Títulos e valores mobiliários	6.a e b	6.808	3.636			Carteira própria		904	-		
Carteira própria		307	3.032			Recursos de aceites e emissão de títulos	14.a	234.779	543.494		
Vinculados a compromissos de recompra		904	-			Recursos de aceites cambiais		80.631	543.494		
Vinculados ao Banco Central		5.597	-			Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		154.148	-		
Vinculados à prestação de garantias		-	604			Relações interfinanceiras		500	72		
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	-	13.713			Recebimentos e pagamentos a liquidar		500	72		
Relações interfinanceiras		5.889	423			Outras obrigações		374.269	255.207		
Direitos junto a part. de sistema de liquidação		359	-			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.125	1.283		
Depósitos no Banco Central		4.617	27			Fiscais e Previdenciárias	15.a	7.118	26.283		
Correspondentes		913	396			Obrigações por cotas de fundos de investimentos		-	650		
Operações de crédito	8	1.315.778	1.170.080			Diversas	15.b	366.026	226.991		
Setor privado		1.721.937	1.449.911			Exigível a longo prazo		1.686.149	1.262.924		
Operações de crédito vinculadas a cessão		-	222			Depósitos	14.a	1.078.152	681.126		
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	8.g	(406.159)	(280.053)			Depósitos a prazo		1.078.152	681.126		
Operações de arrendamento mercantil	9	(835)	(1.183)			Outros depósitos	14.a	8.894	-		
Setor privado		5.234	2.908			Contas de pagamento pré - paga		8.894	-		
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(5.070)	(2.832)			Recursos de aceites e emissão de títulos	14.a	301.882	349.399		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	9.d	(999)	(1.259)			Recursos de aceites cambiais		301.882	349.399		
Outros créditos	10	413.993	357.898			Obrigações por empréstimo	14.a	107.249	-		
Diversos		417.493	360.957			Empréstimos no exterior		100.000	-		
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.g e 10	(3.500)	(3.059)			Empréstimos no país - Outras instituições		7.249	-		
Outros valores e bens		11.819	20.182			Outras obrigações		189.972	232.399		
Bens não destinados a uso	11.a	1.899	2.971			Fiscais e previdenciárias	15.a	3.834	-		
(Provisões para desvalorizações)	11.a	(553)	(918)			Diversas	15.b	42.926	124.069		
Despesas antecipadas	11.b	10.473	18.129			Instrumentos de dívida elegíveis a capital	14.a	143.212	108.330		
Realizável a longo prazo		1.134.125	790.904			Resultado de Exercícios Futuros		1.224	2.351		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	21.999			Resultados de exercícios futuros		1.224	2.351		
Aplicações no mercado aberto		-	21.999			Patrimônio líquido	19	318.063	308.156		
Títulos e valores mobiliários	6.a e b	137.658	65.123			Capital		164.088	164.088		
Carteira própria		56.259	35.250			De domiciliados no País		164.088	164.088		
Vinculados à prestação de garantias		81.399	29.873			Ajustes de avaliação patrimonial		(459)	(98)		
Operações de crédito	8	786.751	552.710			Reservas de lucros		150.433	139.497		
Setor privado		845.110	591.049			Participação de não controladores		4.001	4.669		
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(58.359)	(38.339)								
Operações de arrendamento mercantil	9	(599)	(697)								
Setor privado		6.535	2.586								
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(6.535)	(2.586)								
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	9.d	(599)	(697)								
Outros créditos	10	203.034	145.985								
Diversos		203.034	145.985								
Outros valores e bens	11.b	7.281	5.784								
Despesas antecipadas		7.281	5.784								
Permanente		119.591	50.038								
Investimentos		18.964	14.374								
Participações em coligadas e controladas	12	18.964	14.374								
Imobilizado de uso		3.367	2.352								
Outras imobilizações de uso		9.159	7.914								
(Depreciações acumuladas)		(5.792)	(5.562)								
Imobilizado de arrendamento	13.a	59.428	33.312								
Bens arrendados		57.446	32.119								
Superveniência de depreciação		9.903	9.525								
(Depreciação acumulada)		(7.921)	(8.332)								
Intangível	13.b	37.832	-								
Ativos intangíveis		44.249	-								
(Amortização acumulada)		(6.417)	-								
Total do ativo		3.339.488	2.552.045			Total do passivo		3.339.488	2.552.045		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Semestre 2019	Semestre 2018
Receitas da intermediação financeira		770.306	767.998
Operações de crédito	8.f	763.840	764.216
Operações de arrendamento mercantil	8.h	5.999	1.808
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	13.502	8.935
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.d	(13.035)	(6.961)
Despesas da intermediação financeira		(281.748)	(246.423)
Operações de captação no mercado	14.b	(104.887)	(88.373)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.456)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.748)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	(172.657)	(158.050)
Resultado bruto da intermediação financeira		488.558	521.575
Outras receitas /(despesas) operacionais		(471.310)	(498.617)
Receitas de prestação de serviços	20.a	65.643	38.271
Despesas de pessoal	20.b	(20.946)	(14.103)
Outras despesas administrativas	20.c	(244.870)	(227.742)
Despesas tributárias	20.d	(26.154)	(20.907)
Resultado de participações em controladas	12	8.055	2.862
Outras receitas operacionais	20.e	27.381	9.701
Outras despesas operacionais	20.f	(280.419)	(286.699)
Resultado operacional		17.248	22.958
Resultado não operacional		130	582
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		17.378	23.540
Imposto de renda e contribuição social		19.949	7.870
Provisão para imposto de renda		-	(281)
Provisão para contribuição social		-	(338)
Ativo fiscal diferido	17	19.949	8.489
Lucro líquido do semestre		37.327	31.410
Resultado atribuído para:			
Controlador		36.799	30.067
Não controlador		528	1.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital	Reserva		Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de não Controladores	Lucros acumulados	Total
			Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2017		164.088	8.570	106.861	(52)	4.340	-	283.807
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		-	-	-	(46)	-	-	(46)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	31.410	31.410
Participações no resultado:								
Não controlador		-	-	(1.344)	-	329	-	(1.015)
Transações com Acionistas:								
Dividendos pagos de exercícios anteriores	19	-	-	(6.000)	-	-	-	(6.000)
Destinações do lucro:								
Reserva legal		-	1.571	-	-	-	(1.571)	-
Reserva de lucros		-	-	29.839	-	-	(29.839)	-
Saldos em 30 de junho de 2018		164.088	10.141	129.356	(98)	4.669	-	308.156
Saldos em 31 de dezembro de 2018		164.088	12.251	107.383	(207)	2.757	-	286.272
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		-	-	-	(252)	-	-	(252)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	37.327	37.327
Participações no resultado:								
Não controlador		-	-	(528)	-	1.244	-	716
Transações com Acionistas:								
Dividendos pagos de exercícios anteriores	19	-	-	(6.000)	-	-	-	(6.000)
Destinações do lucro:								
Reserva legal		-	1.866	-	-	-	(1.866)	-
Reserva de lucros		-	-	35.461	-	-	(35.461)	-
Saldos em 30 de junho de 2019		164.088	14.117	136.316	(459)	4.001	-	318.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Semestre 2019	Semestre 2018
Atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		17.378	23.540
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/ semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	172.657	158.050
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	7.c, 8.a e f	(6.579)	454
Depreciação	20.c	308	299
Insuficiência/ Superveniência de depreciação		(1.535)	862
Provisão/(reversão) de passivos contingentes	16.a	(5.884)	(2.686)
Variações monetárias	20.f	1.147	-
Perdas em outros valores e bens		(44)	-
Resultado de participação em controladas		(8.055)	(2.862)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(619)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	19.949	8.489
Lucro líquido ajustado		189.342	185.527
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		(500.679)	(180.063)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	(19.268)
Titulos e valores mobiliários		(59.283)	(12.704)
Instrumentos financeiros derivativos		6.493	6.719
Relações interfinanceiras		(5.622)	(423)
Operações de crédito		(368.237)	(200.281)
Operações de arrendamento		148	(193)
Outros créditos		(73.215)	33.417
Outros valores e bens		(963)	12.670
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		471.940	(49.100)
Depósitos		303.869	190.637
Obrigações por operações compromissadas		657	-
Recursos de aceites cambiais		104.603	(236.002)
Recebimento e pagamentos a liquidar		500	72
Obrigações por empréstimos e repasses		7.249	-
Outras obrigações		55.685	(2.938)
Resultado de exercícios futuros		(623)	(869)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		160.603	(43.636)
Atividades de investimento			
Aumento das participações em coligadas e controladas		11.911	(11.512)
Aquisição de ativo imobilizado		(1.152)	(201)
Imobilizado arrendamento		(13.023)	(6.016)
Aquisição de intangível		(37.832)	-
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades de investimento		(40.096)	(17.729)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	19.c	(6.000)	(6.000)
Participação de não controladores no patrimônio		716	(1.014)
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento		(5.284)	(7.014)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		115.223	(68.379)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre	4	217.097	214.733
No fim do semestre	4	332.320	146.354
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4	115.223	(68.379)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, o Conglomerado Prudencial abrange as Demonstrações Financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram eliminados saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foi destacada a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/13, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, discriminadas a seguir:

- (i) Instituições financeiras;
- (ii) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Administradoras de consórcios;
- (iv) Instituições de pagamento;
- (v) Sociedades das quais realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (vi) Outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V.

Assim, as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem as seguintes entidades:

			2019		
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			4.747.164	468.023	48.897
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	2.831.468	314.913	37.678
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	65.370	14.311	785
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	1.850.326	138.799	10.434
Securitizadora			19.149	19.000	941
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	3.171	3.083	528
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	15.978	15.917	413
Outras			106.508	29.720	(1.705)
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda ⁽²⁾	Instituição de Pagamento	92,00%	106.508	29.720	(1.705)
Total Conglomerado Prudencial			4.872.820	516.743	48.132
Saldo de Eliminações			(1.533.332)	(198.680)	(10.804)
Saldo Consolidado			3.339.488	318.063	37.328
			2018		
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			3.007.127	425.375	49.484
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	2.357.078	303.486	30.066
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	40.429	12.804	846
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	609.621	109.085	18.572
Securitizadora			19.838	19.672	755
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	4.781	4.668	1.344
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	15.057	15.005	(589)
Fundos de Investimentos⁽¹⁾			1.438	1.300	999
Ourinvest Fundo de investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundos de Investimentos	50,00%	1.438	1.300	999
Total Conglomerado Prudencial			3.028.403	446.347	51.238
Saldo de Eliminações			(476.358)	(138.191)	(19.828)
Saldo Consolidado			2.552.045	308.156	31.410

⁽¹⁾ Durante o período foi encerrado o fundo de investimento em Direitos Creditórios "FIDC", Omni Veículos II.

⁽²⁾ O Omni Banco S.A adquiriu 92% das quotas da PagBem em abril de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas em 29 de agosto de 2019

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “hedge”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “hedge”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data do balanço.

A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período.

i. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

j. Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (i) Não cancelamento;
- (ii) Opção de compra; e
- (iii) Atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

k. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de

liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Créditos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outras Obrigações”.

I. Outros valores e bens

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

m. Permanente

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Empresa. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer imparment do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado.

n. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

o. Empréstimos e repasses no exterior

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.

p. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

r. Imposto de renda e contribuição social

- a.** O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas para 20% durante o período de setembro de 2015 à dezembro de 2018, a contribuição social para o período de 31 de dezembro de 2018 até 30 de junho de 2019 passou a ser calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

s. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deva atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas do Conglomerado Prudencial estão constituídos por:

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Saldos no Início do Período	217.097	214.733
Disponibilidades	2.824	4.354
Em moeda Nacional	2.654	3.879
Em moeda Estrangeira	170	475
Aplicações	329.496	142.000
No mercado aberto	329.496	142.000
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	332.320	146.354
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	115.223	(68.379)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Aplicações no Mercado Aberto	329.496	163.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	200.999	163.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	128.497	-
Total	329.496	163.999

b. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Posição Bancada	9.755	6.970
Em Depósitos interfinanceiros	37	25
Total	9.792	6.995

6 Títulos e valores mobiliários

a. Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Carteira Própria	56.566	38.282
Títulos de Renda Fixa	44.794	35.229
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	11.772	3.053
Vinculados a compromissos de recompra	904	-
Títulos de Renda Fixa - vinculados a recompras	904	-
Vinculados a Prestação de Garantias	81.399	30.477
Títulos Dados em Garantia em Operações em Bolsas	20.451	15.072
Títulos Dados em Garantias - Op. de Cartão	60.948	15.405
Vinculados ao Banco Central	5.597	-
Títulos disponíveis para venda	5.597	-
Total	144.466	68.759

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2019 as quotas de fundos de investimento e os títulos públicos federais estavam registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para atualização das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registrados na carteira dos fundos e está classificada no grupo de “Outros créditos”, nota explicativa nº 10. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

b. Composição por vencimento

Descrição	2019				2018		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil
Carteira Própria	307	41.256	13.086	1.917	56.566	56.566	38.282
Vinculados a compromissos de recompra	904	-	-	-	904	904	-
Vinculados a Prestação de Garantias	-	42.407	8.785	30.207	81.399	81.399	30.477
Vinculados ao Banco Central	5.597	-	-	-	5.597	5.597	-
Total	6.808	83.663	21.871	32.124	144.466	144.466	68.759

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	3.501	1.856
Rendas/(prejuízo) de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	282	163
Rendas/(prejuízo) s/ outras formas de aplicação	(73)	(79)
Total	3.710	1.940

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Omni se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteger parte das suas exposições aos riscos de taxas de juros, variação cambial e crédito.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Opção de Venda de Direitos Creditórios	-	13.713
Total	-	13.713

b. Operações de opções:

Em 27 de janeiro e 10 de março de 2017, a Omni adquiriu carteira de crédito de instituição financeira não ligada no montante de R\$ 501.575. Com o objetivo de minimizar as possíveis perdas relativas à carteira adquirida, celebrou um Contrato de Opção de Venda de Direitos Creditórios e Outras Avenças, que garante a opção de venda de até R\$ 50 mil dos Direitos Creditórios Inadimplentes corrigidos pela Selic em 28 de fevereiro de 2019, que excederem o valor da Perda Esperada. A opção foi exercida em fevereiro com venda de Direitos Creditórios no montante de R\$7,5 mil.

Para a apuração do valor de mercado do derivativo, fez-se uma avaliação da probabilidade de realização do exercício da opção, baseando-se no comportamento histórico da carteira adquirida, métodos estatísticos e simulação de Monte Carlo em 31 de maio de 2018. No semestre findo em 30 de junho de 2019 a transação gerou lucro de R\$1.034 contabilizado na DRE.

Descrição	2019 Resultado	2018 Valor de Mercado
Operações de Opções		
Opção de Venda de Direitos Creditórios	1.034	13.713
Total	1.034	13.713

a. Hedge de risco de mercado – operações de DI futuro

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição ao risco de taxa de juros são contratos futuros da taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição cambial são contratos futuros de dólar (DOL).

Descrição	2019		2018	
	Valor de principal	Ajustes	Valor de principal	Ajustes
Mercado futuro	Posição vendida	Ajuste Diário	Posição vendida	Ajuste Diário
DI	701.640	(632)	752.236	(271)
DOL	385	-	388	(2)
Mercado futuro	Posição comprada	Ajuste Diário	Posição comprada	Ajuste Diário
DI	368.213	76	745.267	(5)

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

b. Hedge Contábil

O ganho ou a perda decorrente da variação do valor justo do objeto do hedge referente à exposição ao risco de taxa de juros é registrado no resultado do período, de forma a se contrapor com a perda ou o ganho registrado dos contratos futuros de DI.

Estratégias/ Risco	Objeto de Hedge				Resultado	Instrumento de Hedge	
	Posição mercado	Saldo Acumulado MtM	Marcação a mercado	Amortização*		Derivativo	Posição mercado
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	868.628	26.634	14.065	(7.486)	6.579	Futuro DI - Posição Vendida Futuro DI - Posição Comprada	808.520 368.213

(*) O valor contabilizado no ativo é amortizado ao resultado pelo método linear a partir da data do seu reconhecimento, levando-se em conta o prazo médio da exposição protegida.

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas nos exercícios estão demonstrados a seguir:

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Prêmio de Opções	1.034	(6.719)
Contratos Futuros DI	(14.070)	(191)
Contratos Futuros DOL	1	(51)
Total	(13.035)	(6.961)

Os contratos futuros de DOL e DI são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas reconhecidas diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

d. Instrumentos financeiros derivativos – Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 20.451 (R\$ 15.072 em 2018) – Nota explicativa 6.a.

8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição por tipo de operações de créditos:

Tipo de Operação de Crédito	2019	2018
	Valor	Valor
Financiamentos - Setor Privado	2.013.710	1.687.955
Empréstimos - Setor Privado	362.990	254.691
Outros Empréstimos - Cartão de Crédito	153.475	88.418
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	26.634	(454)
Outros Financiamentos - Cartão de Crédito	10.238	10.367
Operações de Créditos Vinculadas a Cessão - Financiamentos ⁽¹⁾	-	189
Operações de Créditos Vinculadas a Cessão - Empréstimos ⁽¹⁾	-	16
Títulos e Créditos a Receber - Nota 10	169.026	95.212
Total da Carteira	2.736.073	2.136.394
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(468.018)	(321.451)
Total Carteira Líquida	2.268.055	1.814.943

⁽¹⁾ As operações registradas de acordo com a Resolução 3.533/08 da CMN foram encerradas em 2018.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:

Classificação	2019	2018
	Valor	Valor
Comércio	2.156	225
Pessoas Físicas	2.692.504	2.111.637
Outros Serviços	41.413	24.532
Total da Carteira	2.736.073	2.136.394

O crescimento na carteira se deu por conta do aumento do volume de operações originadas no Conglomerado e pelas aquisições de carteiras ocorridas em 2018 e primeiro semestre de 2019, vide nota explicativa 8.e.

c. Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	2019	2018
	Valor	Valor
Total a Vencer:	2.266.575	1.846.307
Até 3 meses	580.705	519.253
De 4 à 12 meses	840.760	736.005
De 1 à 3 anos	786.570	552.827
De 4 à 5 anos	58.540	38.222
Total Vencidas:	469.498	290.087
Acima de 15 dias	469.498	290.087
Total da Carteira	2.736.073	2.136.394

d. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

Classificação de Risco	2019			Total da Carteira	% Risco	PCLD
	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	(+/-) Ajuste a Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge ⁽¹⁾			
AA	30	-	-	30	0%	-
A	550.865	63.110	-	613.975	0,5%	(3.070)
B	816.947	74.005	-	890.952	1%	(8.909)
C	442.475	19.875	-	462.350	3%	(13.871)
D	217.059	11.204	-	228.263	10%	(22.826)
E	71.375	77	-	71.452	30%	(21.436)
F	60.018	72	-	60.090	50%	(30.044)
G	48.173	45	-	48.218	70%	(33.753)
H	333.471	638	-	334.109	100%	(334.109)
Sem classificação	-	-	26.634	26.634	-	-
Total	2.540.413	169.026	26.634	2.736.073		(468.018)

⁽¹⁾ O ajuste de valor a mercado no montante de R\$ 26.634 refere-se à operação objeto de *Hedge* conforme nota explicativa nº 7.c.

Classificação de Risco	2018			Total da Carteira	% Risco	PCLD
	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	(+/-) Ajuste a Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge			
A	650.202	33.288	-	683.490	0,5%	(3.417)
B	617.501	30.442	-	647.943	1%	(6.479)
C	258.648	16.338	-	274.986	3%	(8.249)
D	142.141	14.358	-	156.499	10%	(15.650)
E	64.125	90	-	64.215	30%	(19.265)
F	53.396	71	-	53.467	50%	(26.734)
G	48.556	81	-	48.637	70%	(34.046)
H	207.067	544	-	207.611	100%	(207.611)
Sem classificação	-	-	(454)	(454)	-	-
Total	2.041.636	95.212	(454)	2.136.394		(321.451)

Abaixo segregação das carteiras de crédito adquiridas as quais já estão contempladas no quadro anterior.

2019			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	% Risco	PCLD
A	3.475	0,5%	(16)
B	633	1%	(6)
C	761	3%	(23)
D	547	10%	(55)
E	481	30%	(144)
F	517	50%	(259)
G	514	70%	(360)
H	114.536	100%	(114.536)
Total	121.464		(115.399)

2018			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	% Risco	PCLD
A	66.155	0,5%	(330)
B	9.763	1%	(98)
C	11.824	3%	(355)
D	7.313	10%	(731)
E	4.743	30%	(1.423)
F	4.182	50%	(2.091)
G	4.139	70%	(2.897)
H	27.550	100%	(27.550)
Total	135.669		(35.475)

e. Aquisição de carteiras

Durante o exercício, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificados como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2019		Total adquirido
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	
Valor principal carteira adquirida	71.699	70.636	142.335
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.699)	(70.636)	(142.335)
Valor contábil da carteira adquirida	-	-	-
Custo nas aquisições das carteiras	6.667	5.563	12.230
Montante pago nas aquisições	6.667	5.563	12.230

O quadro abaixo demonstra o saldo de custo de aquisição de carteiras e amortização

Descrição	2019	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	73	129.413
(+) Novas aquisições	-	12.230
(-) Realização/amortização	(71)	(32.515)
Total	2	109.128

Descrição	2018	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	1.739	170.835
(-) Realização/amortização	(1.165)	(33.437)
Total	574	137.398

f. Resultado das operações de crédito

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Rendas de financiamentos	414.141	357.878
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	252.879	321.068
Rendas de empréstimos	86.218	75.388
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de Hedge	6.579	(454)
Resultado de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros ⁽²⁾	(2.016)	20
Outras rendas de cartão de crédito	6.039	10.316
Total	763.840	764.216

⁽¹⁾ O resultado dessas recuperações refere-se principalmente ao recebimento das carteiras adquiridas

⁽²⁾ Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldos no início do semestre/exercício	(447.629)	(337.344)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado ⁽¹⁾	(67.112)	-
(Constituição)/reversão líquida - (A)	(172.304)	(159.644)
(Constituição) Carteiras Adquiridas - não transitada no resultado	(71.699)	(321)
Valores baixados para prejuízo	290.726	175.858
Saldos no fim do semestre/exercício	(468.018)	(321.451)
Constituição de provisões registradas em outras rubricas	Valor	Valor
(Constituição)/reversão líquida - Omni Arrendamento Mercantil	(425)	63
(Constituição)/reversão líquida - Multibens	30	139
(Constituição)/reversão líquida - Omni Securitizadora	42	850
Total - (B)	(353)	1.052
Saldo da constituição líquida de reversão transitada no resultado - (A+B)	(172.657)	(158.592)

⁽¹⁾ Em fevereiro de 2019 a Omni adotou a renegociação de carteira de crédito em prejuízo conforme Art.º 8 da Resolução 2682, representando um montante de R\$66.112 (R\$ 0 em 2018).

Do montante de R\$ 172.657 (R\$ 158.592 em 2018) a reversão da PCLD foi impactada pela baixa de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 0 (R\$ 542 em 2018).

As operações originadas em renegociação representaram o montante de R\$ 412.733 (R\$ 405.572 em 2018) do valor contábil da carteira de crédito no semestre.

Foram recuperados no semestre créditos anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R\$ 229.432 (R\$ 300.399 em 2018).

9 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a. Composição da carteira de arrendamento:

	2019	2018
Tipo de Operação de Crédito	Valor	Valor
Arrendamento a receber - setor privado	11.769	5.494
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(11.605)	(5.418)
Imobilizado de arrendamento - Nota 12	59.428	33.312
Credores por antecipação de valor residual - VRG - Nota 14.b	(28.619)	(17.805)
Total da Carteira	30.973	15.583

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

b. Composição da carteira de arrendamento por tipo de cliente e atividade econômica:

Classificação	2019	2018
	Valor	Valor
Comércio	6.374	1.305
Indústria	7.064	2.807
Outros	1.576	213
Pessoas Físicas	6.299	6.985
Serviços	9.660	4.273
Total da Carteira	30.973	15.583

c. Composição da carteira de arrendamento por vencimento:

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Total a Vencer:	30.519	14.615
Até 3 meses	5.091	2.323
De 4 à 12 meses	11.577	6.181
De 1 à 5 anos	13.851	6.111
Total Vencidas:	454	968
Acima de 15 dias	454	968
Total da Carteira	30.973	15.583

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d. Classificação da carteira de arrendamento por níveis de risco:

Classificação de Risco	2019		
	Total da Carteira	% Risco	PCLD
A	16.324	0,5%	(82)
B	8.187	1%	(82)
C	2.725	3%	(82)
D	2.346	10%	(235)
E	79	30%	(24)
F	340	50%	(170)
G	159	70%	(111)
H	813	100%	(813)
Total	30.973		(1.599)

Classificação de Risco	2018		
	Total da Carteira	% Risco	PCLD
A	5.324	0,5%	(27)
B	3.625	1%	(36)
C	591	3%	(18)
D	4.334	10%	(433)
E	219	30%	(66)
F	46	50%	(23)
G	302	70%	(211)
H	1.142	100%	(1.142)
Total	15.583		(1.956)

e. Movimentação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 30 de junho de 2019, estavam assim distribuídos.

	2019	2018
Saldos no início do semestre	(1.405)	(2.232)
Renegociação de Contratos	(298)	-
Constituição	(762)	(48)
Reversão	337	111
Valores baixados para prejuízo	530	213
Saldos no fim do semestre	(1.598)	(1.956)

10 Outros créditos - Diversos

Descrição	2019			2018
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Créditos tributários de impostos e contribuições	123.083	100.044	223.127	187.632
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	169.018	8	169.026	95.212
Custo de aquisição de carteira de créditos ⁽²⁾	66.813	42.315	109.128	144.634
Devedores diversos - país	42.996	12.406	55.402	13.829
Devedores por depósitos em garantia ⁽³⁾	-	47.892	47.892	53.725
Adiantamentos diversos	8.082	-	8.082	4.837
Impostos e contribuições a compensar ⁽⁴⁾	5.204	-	5.204	6.095
Rendas a receber	2.283	-	2.283	593
Devedores diversos - exterior	383	-	383	385
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(3.500)	-	(3.500)	(3.059)
Total	414.362	202.665	617.027	503.883

(1) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.

(2) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa 8.e.

(3) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.

(4) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

11 Outros valores e bens

a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2019 seus saldos totalizavam R\$ 1.346, líquidos de provisões para desvalorização (R\$ 2.053 em 2018).

b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

Descrição	2019			2018
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Comissão sobre colocação LC (Letra de Câmbio)	1.531	348	1.879	2.126
Comissão sobre colocação CDB	4.455	3.923	8.378	-
Custos de originação de operações de crédito	1.404	676	2.080	14.741
Consultoria estratégica	185	356	541	5.782
Licença de uso	1.672	-	1.672	1.249
Outras	801	1.978	2.779	15
Total	10.473	7.281	17.754	23.913

12 Investimentos

Descrição	2019			Total
	Investidas			
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	
Saldo em 31.12.2018	19.104	3.396	319	22.819
Patrimônio líquido da investida	11.888	2.797	14.029	28.714
Resultado do exercício da investida	9.571	(559)	-	9.012
Distribuição de dividendos	(12.149)	-	-	(12.149)
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	-
Aumento de capital	-	-	239	239
Equivalência patrimonial	8.613	(558)	-	8.055
Saldo em 30.06.2019	15.568	2.838	558	18.964

Descrição	2018			Total
	Investidas			
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.		
Saldo em 31.12.2017	9.112	12.157		21.269
Patrimônio líquido da investida	11.888	3.676		15.564
Resultado do semestre da investida	(237)	3.076		2.839
Distribuição de dividendos	-	(11.558)		(11.558)
Percentual de participação	89,99%	99,99%		-
Aumento de capital	1.800	-		1.800
Equivalência patrimonial	(213)	3.076		2.863
Saldo em 30.06.2018	10.699	3.675		14.374

13 Imobilizado de arrendamento e Intangível

a. Composição Imobilizado de arrendamento

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Bens arrendados	57.446	32.119
Veículos e afins	246	2.273
Máquinas e equipamentos	57.200	29.846
Depreciações	1.982	1.193
Superveniência de depreciação	9.903	9.525
Depreciações acumuladas	(7.921)	(8.332)
Total	59.428	33.312

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

b. Composição do Intangível.

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Bens arrendados	44.250	-
Ágio na aquisição de investimento	33.362	-
Softwares	2	-
Softwares em desenvolvimento	10.886	-
Depreciações	(6.419)	-
Depreciações acumuladas	(6.419)	-
Total	37.832	-

14 Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição por vencimento dos depósitos

Descrição	2019							2018	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	
Depósitos à vista	11.608	-	-	-	-	-	-	11.608	3.546
Captação no mercado aberto	-	904	-	-	-	-	-	904	-
Depósitos a prazo	-	61.522	650.470	724.166	74.504	276.223	3.259	1.790.144	857.421
Recursos de aceites cambiais - Letras de câmbio (LC)	-	54.096	180.683	246.680	13.865	33.343	7.994	536.661	892.893
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	-	-	-	25.481	117.731	143.212	108.330
Empréstimos no exterior ⁽¹⁾	-	-	-	-	100.000	-	-	100.000	-
Empréstimos no país ⁽²⁾	7.249	-	-	-	-	-	-	7.249	-
Contas de pagamento pré - paga	8.894	-	-	-	-	-	-	8.894	-
Total	27.751	116.522	831.153	970.846	188.369	335.047	128.984	2.598.672	1.862.190

⁽¹⁾ Refere-se a captação de recursos junto ao Inter-American Development Bank (BID Invest) em junho de 2019.

⁽²⁾ A PagBem possui um empréstimo captado junto à Desenvolve SP no valor de R\$ 3 milhões e em 31 de dezembro de 2018, captou em instituições financeiras não ligadas um limite de conta garantida no valor R\$ 7 milhões com taxa de 100% CDI + 1.693%a.a.

b. Despesas com operações de captação do mercado

Descrição	2019	2018
	Valor	Valor
Recursos de aceites cambiais	(23.872)	(49.203)
Depósitos a prazo	(75.414)	(36.495)
Depósitos interfinanceiros	-	(733)
Despesas de operações compromissadas	(55)	(25)
Despesas com letras financeiras	(4.147)	-
Custo cota sênior	-	(499)
Outras despesas de captação	(1.399)	(1.418)
Total	(104.887)	(88.373)

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

Descrição	2019	2018
	Total	Total
Imposto de renda e contribuição social	-	515
Contribuição para o COFINS	3.302	2.832
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.834	9.361
Impostos e contribuições serviços de terceiros	1.262	973
Impostos e contribuições sobre salários	922	598
Imposto Sobre Serviços - ISS	868	399
Programa de Integração Social - PIS	546	460
Programa De Recuperação Fiscal - Refis	-	11.067
Outros	218	78
Total	10.952	26.283

b. Diversas

Descrição	2019			2018
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Provisão para passivos contingentes - Nota 16	50.519	23.803	74.322	88.091
Provisão para pagamentos a efetuar	5.054	-	5.054	3.533
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	44
Credores diversos - país:	310.452	19.123	329.575	259.392
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa ⁽¹⁾	227.821	-	227.821	90.048
Credores a repassar por operações de cessão de crédito ⁽²⁾	-	-	-	107.586
Outras obrigações	39.970	-	39.970	14.044
Comissões a pagar ⁽³⁾	17.733	-	17.733	14.096
Outras contas a pagar	15.432	-	15.432	15.813
Credores por antecipação de valores residuais	9.496	19.123	28.619	17.805
Total	366.025	42.926	408.951	351.060

⁽¹⁾ Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões "private-label", referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

⁽²⁾ Composto, substancialmente, pelo saldo a pagar para Instituições Financeiras não ligadas, referente a carteiras adquiridas no semestre. O saldo foi liquidado em 28 de fevereiro de 2019, com juros compostos acumulados calculados pela taxa Selic.

⁽³⁾ Composto, substancialmente por seguros a repassar no montante de R\$ 8.786 e saldos credores de cartões pré pago, cartão private label e cartões bandeirados R\$ 11.115.

⁽⁴⁾ As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

16 Provisão para passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões:

Descrição	2019			
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2019
Ações fiscais	46.957	724	(6.941)	40.740
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	33.249	9.064	(8.731)	33.582
Total	80.206	9.788	(15.672)	74.322

Descrição	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2018
Ações fiscais	48.996	783	-	49.779
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	41.781	12.200	(15.669)	38.312
Total	90.777	12.983	(15.669)	88.091

⁽¹⁾ Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

b. Detalhamento dos processos judiciais classificados por probabilidade de perda

Perdas	2019							
	Ações trabalhistas		Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos cíveis		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Prováveis	146	3.706	5	40.740	19.977	29.876	20.128	74.322
Possíveis	-	-	-	-	2	6.900	2	6.900
TOTAL	146	3.706	5	40.740	19.979	36.776	20.130	81.222

Perdas	2018							
	Ações trabalhistas		Obrigações fiscais e previdenciárias		Riscos cíveis		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Prováveis	208	7.036	6	49.779	15.642	31.276	15.856	88.091
Possíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	208	7.036	6	49.779	15.642	31.276	15.856	88.091

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social, deduzido dos Juros sobre Capital Próprio	17.378	17.378	23.540	23.540
Adições	430.943	430.943	468.083	468.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	173.752	173.752	162.303	162.303
Provisão para perdas outros valores e bens	19	19	-	-
Provisão para contingências	9.788	9.788	12.200	12.200
Provisões operacionais	5.771	5.771	5.935	5.935
Recuperação de prejuízo fiscal	29.710	29.710	19.160	19.160
Variação Cambial - Prêmio de Opções	-	-	6.719	6.719
Participação em controladas/ligadas	2.964	2.964	3.746	3.746
Despesas não dedutíveis	462	462	610	610
Recebimentos carteiras adquiridas	199.893	199.893	-	-
Outras adições	7.182	7.182	256.527	256.527
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	-	-	883	883
Ágio na Aquisição De Carteiras	1.402	1.402	-	-
Exclusões	(462.992)	(462.992)	(510.739)	(510.739)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(1.910)	(1.910)	(5.859)	(5.859)
Reversão de provisão para perdas e outros valores e bens	(377)	(377)	(579)	(579)
Reversão de provisões operacionais	(4.871)	(4.871)	(7.477)	(7.477)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(252.448)	(252.448)	(320.923)	(320.923)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(161.033)	(161.033)	(133.376)	(133.376)
Reversão de provisão para contingências	(15.672)	(15.672)	(15.669)	(15.669)
Reversão de provisão de participação no resultado	-	-	(25.437)	(25.437)
Perdas na cessão de crédito	-	-	-	-
Perda no Recebimento de Crédito	(1.856)	(1.856)	-	-
Participação em controladas/ligadas	(21.824)	(21.824)	-	-
Outras exclusões	(1.466)	(1.466)	(1.399)	(1.399)
Superveniência Depreciação	(1.535)	(1.535)	(20)	(20)
Impostos correntes	-	-	(281)	(338)
Ativo fiscal diferido	12.468	7.481	2.078	6.411

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	26.822	26.822	9.525	9.525
Adições temporárias:	530.995	530.995	388.826	388.826
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	491.633	491.633	351.814	351.814
Provisão para perdas outros valores e bens	504	504	1.292	1.292
Provisão para contingências	29.953	29.953	26.510	26.510
Variação cambial - Prêmio de opções	2.088	2.088	2.088	2.088
Ajuste a Valor de Mercado	784	784	-	-
Demais provisões temporárias	6.033	6.033	7.122	7.122
Total das diferenças temporárias	557.817	557.817	398.351	398.351
Total do crédito tributário	139.454	83.673	99.588	76.283

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Descrição	30/06/2019					Total
	2019	2020	2021	2022	2023	
%	73,16%	22,19%	2,87%	1,41%	0,37%	100,00%
IRPJ	102.022	31.551	3.996	1.972	523	140.064
CSLL	61.215	17.955	2.397	1.183	313	83.063
Valor previsto - Nota 10	163.237	49.506	6.393	3.155	836	223.127
Valor presente	153.274	38.727	5.292	2.452	611	200.356

Em 30 de junho de 2019, os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 200.356 (R\$ 169.864 em 2018) considerando-se a taxa Selic de 6,5% ao ano.

d. Movimentação dos créditos tributários

Descrição	Saldo em	Constituição	Reversão	Saldo em
	31/12/2018			30/06/2019
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	10.431	337	(40)	10.728
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	179.053	84.868	(67.266)	196.655
Provisão para perdas outros valores e bens	209	1.545	(1.552)	202
Provisão para contingências	12.320	290	(629)	11.981
Variação cambial - Prêmio de opções	835	-	-	835
Ajuste MTM - Disponível para venda	35	797	(519)	313
Demais provisões temporárias	1.599	975	(161)	2.413
Total do crédito tributário - Nota 10	204.482	88.812	(70.167)	223.127

Descrição	Saldo em	Constituição	Reversão	Saldo em
	31/12/2017			30/06/2018
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	6.289	2.129	(763)	7.655
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	157.173	73.167	(68.879)	161.461
Provisão para perdas outros valores e bens	582	-	(261)	321
Provisão para contingências	11.930	5.434	(2.729)	14.635
Variação cambial - Prêmio de opções	940	-	(105)	835
Ajuste MTM - Disponível para venda	34	-	(3)	31
Demais provisões temporárias	3.205	1.029	(1.540)	2.694
Total do crédito tributário - Nota 10	180.153	81.759	(74.280)	187.632

18 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 2.844 (R\$ 2.679 em 2018).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b. Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 444.095 (R\$ 336.849 em 2018), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 137% do Certificado de Depósito Bancário - CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é de R\$ 164.088 (R\$ 164.088 em 2018) e estão representadas por 211.672.663 (211.672.663 em 2018) ações, sendo 186.862.543 ON (ordinárias) e 24.810.120 PN (preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos no exercício o montante de R\$ 6.000 (R\$ 6.000 em 2018).

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

20 Outras receitas (despesas) operacionais

a. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Anuidade cartão de crédito	18.508	12.271
Receita de avaliação e cadastro	11.053	12.383
Comissão sobre compras cartão	10.709	6.713
Intermediação de seguros	9.175	6.528
Serviços de gestão e cobrança	12.472	-
Outras receitas	3.726	376
Total	65.643	38.271

b. Despesa de pessoal

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Remuneração	(10.817)	(7.068)
Encargos	(4.406)	(3.096)
Benefícios	(2.757)	(1.399)
Treinamentos	(286)	(213)
Provisão PPR	(2.680)	(2.327)
Total	(20.946)	(14.103)

c. Outras despesas administrativas

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(139.547)	(137.313)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(54.763)	(37.264)
Processamento de dados	(14.723)	(14.479)
Serviços do sistema financeiro	(15.623)	(10.216)
Taxas e notificações	(463)	(10.628)
Comunicações	(4.204)	(4.663)
Emolumentos judiciais e cartorários	(3.084)	(5.779)
Promoções e relações públicas	(1.489)	(275)
Despesas de aluguéis	(1.622)	(1.658)
Despesa com despachante	(1.356)	(572)
Despesa de transporte	(455)	(448)
Propaganda e publicidade	(295)	(342)
Multa e juros sobre impostos e contribuições ⁽³⁾	(79)	(638)
Seguros	(149)	(22)
Outras despesas administrativas ⁽⁴⁾	(7.018)	(3.445)
Total	(244.870)	(227.742)

⁽¹⁾ referem-se substancialmente a comissões.

⁽²⁾ referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

⁽³⁾ Composto, substancialmente, por atualização referente a adesão ao Refis.

⁽⁴⁾ Do montante de R\$ 7.018 (R\$ 3.445 em 2018), o valor de R\$ 308 (R\$ 299 em 2018) refere-se à depreciação e R\$ 2.285 de amortização acumulada no semestre.

d. Despesas tributárias

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Despesa com COFINS	(20.130)	(16.382)
Despesa com ISS	(2.614)	(1.760)
Despesa com PIS	(3.330)	(2.662)
Outras despesas tributárias	(80)	(103)
Total	(26.154)	(20.907)

e. Outras receitas operacionais

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Recuperação de encargos e despesas	5.277	1.437
Atualização de impostos à compensar	800	1.707
Deságio na aquisição de carteira de créditos	71	1.165
Reversão de provisão de ações perdas e danos ⁽¹⁾	15.515	-
Reversão de provisões operacionais	-	4.762
Receita De Securitização	4.892	-
Outras rendas operacionais	826	630
Total	27.381	9.701

⁽¹⁾ Em junho de 2018 o valor de reversão de provisão de ações perdas e danos foi demonstrado líquido de perdas no montante de R\$ 15.669.

f. Outras despesas operacionais

Descrição	2019 Valor	2018 Valor
Descontos concedidos	(216.761)	(224.559)
Perdas em ações de perdas e danos	(19.248)	(8.344)
Perdas com fraudes	(1.510)	(938)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(2.041)	(9.693)
Custo de aquisição de carteiras	(32.731)	(36.153)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(8.128)	(7.012)
Total	(280.419)	(286.699)

⁽¹⁾ Do montante de R\$ 8.128 (R\$ 7.012 em 2018), o valor de R\$ 1.145 (R\$ 3.287 em 2018) referem-se à variação monetária de carteiras adquiridas de outras instituições financeiras – Nota 15 b).

21 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

a. Demonstrativo de cálculo de índice de Basileia

Descrição	2019	2018
Patrimônio de referência	412.714	408.831
Patrimônio de referência nível I	387.233	408.831
Capital Principal – CP	269.502	300.500
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	117.731	108.330
Patrimônio de referência nível II	25.482	-
Letra Financeira Subordinada	25.482	-
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	412.714	408.831
Patrimônio de referência (a)	412.714	408.831
RWACpad – crédito	180.203	158.453
RWAMpad – PCam	86	197
RWAOpad - operacional	89.845	80.952
Patrimônio de referência exigido (b)	270.133	239.602
Adicional de Conservação de Capital Principal (c)	84.417	52.087
Margem antes do Rban (a - b - c)	58.164	117.142
Rban - Juros carteira não negociável (d)	13.874	11.773
Margem (a - b - c - d)	44.290	105.369
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (e)	3.376.668	2.777.998
Índice de Basileia (a/e)	12,22%	14,72%

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2018, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8,625% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

22 Gerenciamento de riscos

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito.

O Conglomerado Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

- **Gerenciamento de capital:** a Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Omni é adequada à complexidade de suas operações.
- **Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Omni.
- **Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- **Risco de Liquidez:** a Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e considera os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.
- **Risco Operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos da Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa (www.omni.com.br) no prazo estabelecido pela Circular nº 3.678/13.

23 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial findo em 30 de junho de 2019.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0